



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por objetivo apresentar a caracterização técnica da demanda institucional e analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento integral de materiais, insumos, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e equipamentos, para atendimento às necessidades das 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, localizadas no interior do Estado de Goiás.

1.2 - Este documento constitui a etapa preliminar do planejamento da contratação, nos termos do art. 18, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e foi elaborado em atendimento ao disposto no art. 6º, inciso XX, da mesma norma, bem como às diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, especialmente quanto ao conteúdo mínimo do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 - O ETP está vinculado ao Documento de Oficialização da Demanda – DOD aprovado pelas áreas demandantes e tem por finalidade fornecer os subsídios técnicos necessários à definição da solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa, bem como à elaboração do Termo de Referência, da matriz de riscos, da estratégia de contratação e dos demais elementos instrutórios pertinentes, assegurando a aderência da solução proposta aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço e seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública.

2 - DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 - O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO necessita contratar empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento integral de materiais, insumos, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e equipamentos, para atendimento às dependências internas e externas das 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais distribuídas pelo interior do Estado de Goiás.

Grupo único – Inspetorias Crea-GO (28 localidades em Goiás) – Serviços com fornecimento incluído					
Item	Especificação	Postos de Trabalho	Jornada	Quantidade	Unidade
1	Serviços contínuos de limpeza e conservação em periodicidades diária, semanal, quinzenal e mensal, restritos aos espaços internos e externos das Inspetorias. O fornecimento compreende uniformes padronizados, EPIs, materiais de limpeza ajustados às necessidades de cada Inspetoria e equipamentos leves compatíveis com a execução dos serviços.	Auxiliar de Limpeza	20 horas semanais	28	Un.

2.2 - A contratação é motivada pela inexistência de estrutura interna permanente e suficiente para a execução direta das atividades auxiliares de limpeza e conservação, as quais não integram o núcleo finalístico da atuação institucional do Crea-GO. A execução indireta mostra-se juridicamente admissível e administrativamente adequada, por se tratar de atividade material acessória, instrumental e complementar, passível de terceirização, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, revelando-se a solução mais eficiente para assegurar padronização, regularidade, abrangência territorial, fornecimento integral de insumos e continuidade da prestação dos serviços.

2.3 - O Contrato atualmente vigente encerra-se em 30 de junho de 2026, o que exige a adoção de novo procedimento



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS CREA-GO

licitatório com a devida antecedência, de modo a garantir a continuidade dos serviços e a prevenir riscos de descontinuidade operacional. A paralisação dos serviços objeto da contratação comprometeria gravemente a salubridade dos ambientes, a higiene dos espaços físicos, a adequada conservação das instalações e o funcionamento regular das atividades das unidades descentralizadas, afetando diretamente as condições de atendimento ao público e de trabalho nas Inspetorias Regionais.

2.4 - Além da higienização e conservação dos ambientes, os serviços contratados contribuem à adequada apresentação institucional do Crea-GO, promovendo ambientes organizados, receptivos e asseados. A conservação preventiva de bens móveis, instalações e estruturas físicas evita o desgaste prematuro e reduz custos com manutenção corretiva e reposições.

2.5 - O atendimento simultâneo e contínuo às Inspetorias demanda organização operacional, logística, supervisão e fornecimento centralizado de insumos, uniformes, EPIs e equipamentos, circunstâncias que evidenciam a necessidade de contratação estruturada e tecnicamente apta a atender, de forma coordenada, todas as unidades abrangidas.

2.6 - O serviço proposto é classificado como comum e de natureza continuada, com necessidade recorrente e relação direta com a manutenção do funcionamento institucional das unidades do Crea-GO. A contratação atenderá à demanda formalizada no Documento de Oficialização da Demanda – DOD, aprovado pelas áreas requisitantes, em conformidade com o planejamento institucional da organização.

3 - DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1 - O objeto consta no Plano de Contratações Anual – PCA do Crea-GO, referente ao exercício de **2026**, sob o nº 389422-95/2026 (DFD 14/2026), objeto “Contratação de serviços de limpeza e conservação para as Inspetorias do Crea-GO”, com valor total preliminar estimado de **R\$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais)**, estando a presente contratação vinculada ao planejamento institucional da Autarquia.

4 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - A presente contratação deverá atender aos requisitos legais, técnicos e administrativos indispensáveis à execução adequada, contínua e eficiente dos serviços, com a adoção de critérios de sustentabilidade, vedação a formatos jurídicos incompatíveis com a finalidade da contratação e mitigação de riscos por garantias legais e operacionais.

4.2 - Nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2010, esta contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental compatíveis com a natureza do objeto, com os insumos empregados na execução dos serviços e com a necessidade de conciliar eficiência operacional, salubridade dos ambientes e responsabilidade socioambiental da Administração, em conformidade com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

4.2.1 - A observância dos critérios de sustentabilidade compreenderá, no mínimo: (i) utilização de produtos biodegradáveis, com menor impacto ambiental possível e, sempre que disponíveis em condições competitivas de mercado, com rotulagem ambiental reconhecida; (ii) redução do consumo de recursos naturais, como água e energia, mediante adoção de práticas operacionais racionais e uso de equipamentos de menor consumo, quando aplicável; (iii) geração mínima de resíduos, com separação correta, destinação adequada e, quando cabível, logística reversa de embalagens; (iv) proibição da utilização de materiais, substâncias ou produtos perigosos, tóxicos ou prejudiciais à saúde humana ou ao meio ambiente, salvo quando indispensáveis à finalidade específica e devidamente regularizados perante os órgãos competentes; e (v) treinamento dos empregados da Contratada quanto às rotinas sustentáveis de limpeza, conservação, uso racional de recursos e descarte de resíduos.

4.3 - Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista a natureza comum,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

padronizada e amplamente ofertada do objeto, cuja execução não exige a conjugação de expertises distintas, tecnologias incomuns, capacidade econômico-financeira extraordinária ou divisão técnica de escopo que justifique a atuação consorciada. A vedação visa preservar a competitividade efetiva do certame, simplificar a gestão contratual, facilitar a fiscalização da execução e concentrar a responsabilização do objeto em uma única Contratada.

4.4 - Fica vedada a participação de cooperativas de trabalho, tendo em vista que a execução do objeto pressupõe prestação pessoal contínua, alocação de mão de obra com dedicação exclusiva, observância de jornada previamente definida, subordinação operacional ao preposto da Contratada, necessidade de substituição imediata de empregados ausentes e cumprimento de rotinas padronizadas e permanentes de execução, elementos incompatíveis com o regime jurídico próprio das cooperativas de trabalho quando aplicado à contratação de serviços terceirizados com essas características. A vedação tem por finalidade preservar a adequada execução contratual, evitar desvirtuamento da relação cooperativa e resguardar a segurança jurídica da contratação.

4.5 - É vedada à futura Contratada a cessão ou transferência, total ou parcial, a qualquer título, dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato, salvo alteração societária regularmente admitida e expressamente aceita pela futura Contratante, mantidas integralmente condições de habilitação, qualificação e execução originalmente exigidas.

4.6 - É vedada a subcontratação total do objeto contratual.

4.6.1 - Fica autorizada, de forma excepcional e restrita, a subcontratação parcial exclusivamente para atividades acessórias de apoio material, logística complementar, manutenção eventual de equipamentos e fornecimentos instrumentais não abrangidos pela alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, desde que: (i) haja prévia e expressa autorização da futura Contratante; (ii) a medida esteja tecnicamente justificada; (iii) não ultrapasse 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato; (iv) não implique fracionamento indevido do objeto nem transferência do núcleo essencial dos serviços contratados; e (v) a empresa subcontratada comprove capacidade técnica compatível com a parcela a ser executada.

4.6.2 - É expressamente vedada a subcontratação de atividades que envolvam alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, supervisão direta da equipe, fornecimento e gestão ordinária dos empregados vinculados à execução principal, reposição de pessoal, controle de frequência, coordenação rotineira dos serviços ou qualquer atividade essencial ao objeto principal do Contrato.

4.6.3 - A subcontratada deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições: (i) comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária; (ii) inexistência de sanção que a impeça de licitar ou contratar com a Administração Pública; (iii) compatibilidade técnica com a parcela subcontratada; e (iv) apresentação de documentação comprobatória sempre que exigida pela futura Contratante.

4.6.4 - A futura Contratada permanecerá como única e integral responsável perante a futura Contratante pela execução do objeto, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis, comerciais, fiscais e tributárias incidentes sobre a subcontratação, respondendo integralmente por quaisquer danos, prejuízos, inadimplementos ou desconformidades decorrentes da atuação da subcontratada.

4.7 - A ocorrência de cessão, transferência ou subcontratação em desacordo com as disposições desta cláusula ensejará a aplicação das medidas administrativas e sancionatórias cabíveis, inclusive a extinção do Contrato por inexecução total ou parcial, observados o contraditório e a ampla defesa.

4.8 - A fusão, cisão, incorporação ou associação da futura Contratada com terceiros deverá ser formalmente comunicada à futura Contratante, que deliberará, de forma motivada, sobre a manutenção da contratação, observando-se, para tanto: (i) a observância, pela nova pessoa jurídica, de todos os requisitos de habilitação e qualificação exigidos na licitação; (ii) a manutenção das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato; e (iii) a inexistência de prejuízo à execução do objeto pactuado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

4.9 - Será exigida da licitante vencedora a prestação de garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. A exigência mostra-se juridicamente cabível e tecnicamente justificada em razão da natureza continuada do objeto, da dispersão geográfica da execução em 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais, da necessidade de mobilização inicial de mão de obra, materiais, equipamentos, uniformes e EPIs, da relevância da continuidade dos serviços e dos riscos operacionais, trabalhistas e patrimoniais inerentes à contratação, constituindo medida adequada de proteção à Administração contra inadimplemento, falhas de execução, danos e prejuízos decorrentes da inexecução contratual.

4.10 - Como condição para a assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar à futura Contratante a garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, destinada a assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive aquelas de natureza trabalhista, quando cabível, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.10.1 - A garantia poderá ser prestada, a critério da futura Contratada, mediante uma das seguintes modalidades: (i) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; (ii) seguro-garantia; ou (iii) fiança bancária. No caso de fiança bancária, deverá constar cláusula de renúncia aos benefícios previstos no art. 827 do Código Civil. Quando a modalidade escolhida exigir apólice, instrumento bancário ou documento equivalente, este deverá conter cobertura compatível com as obrigações garantidas e com os riscos próprios da contratação.

4.10.2 - A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da convocação para assinatura do Contrato, admitida uma única prorrogação, por igual período, desde que requerida antes do término do prazo inicial e devidamente justificada.

4.10.3 - A futura Contratante poderá utilizar a garantia para recompor prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual, reparar danos causados pela futura Contratada, satisfazer obrigações inadimplidas e custear medidas necessárias à continuidade do serviço, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

4.10.4 - Ocorrendo utilização parcial ou total da garantia pela futura Contratante, a futura Contratada deverá recompor o valor original no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da notificação correspondente.

4.10.5 - A garantia será mantida durante toda a vigência do Contrato, inclusive no período de eventual prorrogação, e somente será liberada ou restituída após completa execução do objeto e a comprovação de inexistência de pendências contratuais imputáveis à Contratada, sem prejuízo do prazo necessário à verificação de obrigações remanescentes.

4.10.6 - No caso de extinção do Contrato por culpa exclusiva da futura Contratada, o valor da garantia, integral ou remanescente, poderá ser revertido em favor da futura Contratante, sem prejuízo da apuração de perdas e danos eventualmente verificados.

4.11 - Para o adequado dimensionamento da proposta e pleno conhecimento das condições do local de execução dos serviços, será facultada aos licitantes a realização de vistoria técnica exclusivamente nas instalações das Inspetorias Regionais abrangidas por esta contratação.

4.11.1 - A vistoria poderá ser realizada do primeiro dia útil subsequente à divulgação do instrumento convocatório até o último dia útil anterior à data da sessão pública, mediante agendamento prévio pelo telefone (62) 3221-6725.

4.11.2 - A vistoria deverá ser realizada por representante legal da licitante ou preposto formalmente autorizado, munido de documento de identificação civil e de documento emitido pela empresa que comprove sua autorização para a prática do ato.

4.11.3 - A não realização da vistoria facultativa não impedirá a participação da licitante no certame, nem poderá fundamentar futura alegação de desconhecimento das condições locais, das instalações, das distâncias, da logística de atendimento, da natureza dos serviços ou de qualquer elemento necessário à formulação da proposta e à



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

execução do objeto, sendo de inteira responsabilidade da licitante vencedora os ônus decorrentes de sua opção.

4.11.4 - A licitante que optar por não realizar vistoria assumirá, para todos os fins, plena ciência das condições e peculiaridades da execução, não podendo invocar desconhecimento superveniente para pleitear alteração de proposta, reequilíbrio econômico-financeiro ou modificação das condições de execução, ressalvadas as hipóteses legalmente caracterizadas como fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

4.12 - Fica dispensada a exigência de apresentação de amostras e de prova de conceito para esta contratação.

4.12.1 - A dispensa prevista no item anterior decorre da natureza do objeto, que consiste na prestação de serviço comum de limpeza e conservação com especificações técnicas objetivamente definidas neste ETP e no futuro Termo de Referência, não havendo, no caso concreto, necessidade técnica de submissão prévia de produtos, equipamentos, protótipos ou procedimentos a testes específicos para fins de julgamento da proposta, nem utilidade prática na exigência de prova de conceito para aferição de solução padronizada e amplamente disponível no mercado.

4.12.2 - A exigência de amostras ou prova de conceito, por possuir caráter excepcional e potencial restritivo da competitividade, somente se justificaria diante de necessidade técnica específica, concreta e indispensável, o que não se verifica nesta contratação. A opção pela dispensa busca preservar a ampla competitividade, a isonomia entre licitantes, o julgamento objetivo e a racionalidade do procedimento.

5 - DAS ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

5.1 - A contratação envolve a prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação, com fornecimento integral de materiais, insumos, equipamentos, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, a ser dimensionada conforme as rotinas de funcionamento, as características físicas e operacionais e as necessidades de atendimento das 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais localizadas no interior do Estado de Goiás.

5.2 - A estimativa dos quantitativos foi obtida a partir de levantamento técnico realizado pelas unidades demandantes, com base em suas respectivas programações de atividades, rotinas administrativas, volume de atendimento ao público, áreas atendidas, frequência necessária das rotinas de limpeza e histórico de consumo de recursos nos últimos exercícios.

5.3 - As informações consolidadas resultaram no dimensionamento de 28 (vinte e oito) postos de Auxiliar de Limpeza, sendo 1 (um) posto para cada Inspetoria Regional.

5.4 - A jornada de trabalho estimada para os postos alocados nas Inspetorias será de **20 (vinte) horas** semanais, distribuídas com frequência mínima de **4 (quatro) dias** por semana, preferencialmente às segundas, quartas e sextas-feiras, em compatibilidade com a necessidade operacional identificada para cada unidade.

5.5 - A estimativa de insumos contempla o fornecimento anual de produtos de limpeza, higiene e conservação compatíveis com a natureza dos serviços e com as áreas físicas atendidas, cujos quantitativos foram definidos com base na projeção de consumo, na frequência das rotinas operacionais e na demanda recorrente por unidade. A relação dos insumos estimados integra este ETP e servirá de referência para a futura modelagem do Termo de Referência.

5.6 - Do mesmo modo, os equipamentos operacionais necessários à adequada prestação dos serviços foram estimados considerando a natureza das atividades, as exigências ergonômicas e sanitárias, a extensão das áreas atendidas e as rotinas previstas de execução. A especificação dos equipamentos mínimos integrará o Termo de Referência, cabendo à futura Contratada fornecer todos os itens necessários ao pleno cumprimento do objeto, ainda que em quantitativo superior ao mínimo estimado, sem ônus adicional para a futura Contratante.

5.7 - Foram também estimadas as quantidades mínimas de uniformes completos e Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, exigindo-se, para cada trabalhador vinculado ao futuro Contrato, o fornecimento de 2 (dois) jogos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS CREA-GO

completos de uniforme por ano, com substituições periódicas, além dos equipamentos de proteção compatíveis com a função exercida e com os riscos inerentes ao ambiente de trabalho.

5.8 - As estimativas consideraram a execução continuada e homogênea dos serviços ao longo de **12 (doze) meses**, sem variações sazonais relevantes que justificassem diferenciação quantitativa por período. A contratação será organizada em **Grupo único** de serviços, conforme a modelagem de parcelamento descrita neste Estudo Técnico Preliminar. A definição dos quantitativos observou os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço e adequação da solução, adotando o dimensionamento mínimo necessário para garantir higiene, conservação, salubridade e suporte operacional às unidades institucionais, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados.

6 - DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 - Para aferição da viabilidade econômica da contratação e definição de parâmetros compatíveis com os valores praticados no mercado, será realizada pesquisa de preços específica, em etapa própria da instrução processual, observando-se o art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, e demais normativos aplicáveis vigentes.

6.2 - A responsabilidade pela realização da pesquisa de preços será da Área de Apoio às Contratações, com base na composição de custos estimada neste Estudo Técnico Preliminar e nos parâmetros técnicos do objeto, considerados, entre outros, os seguintes elementos de referência: (i) salários-base, benefícios e demais parcelas remuneratórias pertinentes à categoria profissional aplicável, de acordo com o instrumento coletivo utilizado como referência técnica para a estimativa; (ii) parâmetros e valores de referência extraídos do Caderno Técnico de Limpeza e Valores Limites – Estado de Goiás; (iii) experiência acumulada em contratações anteriores similares no âmbito do Crea-GO; e (iv) condições operacionais exigidas pelo objeto, incluindo fornecimento de insumos, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, uniformes e equipamentos.

6.3 - A pesquisa de preços será formalmente instruída no processo licitatório e servirá de fundamento para a consolidação do valor estimado da contratação e para a justificativa de preços, com a devida demonstração dos critérios utilizados para obtenção dos valores, da amostra consultada, da metodologia aplicada e da compatibilidade com os preços praticados em contratações similares da Administração Pública, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

6.4 - O levantamento de mercado deverá observar, sempre que possível, fornecedores que operem regularmente no segmento de prestação de serviços de limpeza e conservação com fornecimento de materiais, insumos, uniformes, EPIs e equipamentos, preferencialmente em contexto regional compatível com a execução do objeto, de modo a refletir cenário aderente à realidade da contratação e assegurar maior fidedignidade aos valores pesquisados.

6.5 - A amostra de preços pesquisados deverá observar diversidade de fontes e aderência técnica ao objeto, podendo compreender, entre outras fontes admitidas pela regulamentação aplicável: (i) Pannel de Preços ou sistema equivalente; (ii) contratações similares realizadas por órgãos ou entidades da Administração Pública; (iii) dados públicos de preços e atas vigentes compatíveis com o objeto; e (iv) propostas formais de fornecedores do setor, emitidas em prazo compatível e em conformidade com as exigências técnicas da contratação.

6.6 - O resultado do levantamento subsidiará a validação do valor estimado da contratação, a análise de vantajosidade econômica da solução proposta e a futura definição do valor de referência do certame, sem prejuízo da manutenção integral das especificações técnicas, quantitativos e condições de execução estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar e no futuro Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7 - DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 - O valor estimado preliminar da contratação é de **R\$ 979.527,96 (novecentos e setenta e nove mil, quinhentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos)**, correspondente à prestação dos serviços pelo período de **12 (doze) meses**, conforme as especificações técnicas, quantitativos, rotinas operacionais e condições deste Estudo Técnico Preliminar.

7.2 - A estimativa preliminar foi construída com base na composição dos custos do objeto e em parâmetros de mercado compatíveis com a solução proposta, considerando:

7.2.1 - Os salários-base, benefícios e demais parcelas remuneratórias pertinentes à categoria profissional aplicável, de acordo com o instrumento coletivo utilizado como referência técnica para a elaboração da estimativa;

7.2.2 - O Caderno Técnico de Limpeza e Valores Limites – Estado de Goiás, vigente à época da elaboração deste ETP;

7.2.3 - A experiência administrativa em contratações anteriores similares no âmbito do Crea-GO, incluindo dados históricos de execução contratual, consumo de insumos, dimensionamento de mão de obra e padrões de desempenho exigidos;

7.2.4 - A análise da rotina operacional das Inspetorias Regionais e os critérios de dimensionamento técnico constantes deste documento.

7.3 - O valor estimado preliminar contempla:

7.3.1 - Mão de obra direta, com dedicação conforme a jornada especificada por posto de trabalho;

7.3.2 - Encargos trabalhistas, previdenciários e demais reflexos incidentes sobre a execução;

7.3.3 - Uniformes completos e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, conforme a função desempenhada;

7.3.4 - Fornecimento de materiais, insumos e produtos de limpeza e higiene, conforme as estimativas de consumo da contratação;

7.3.5 - Disponibilização dos equipamentos operacionais exigidos para a execução das rotinas, incluindo itens de uso contínuo e eventual;

7.3.6 - Custos indiretos, despesas administrativas, tributos incidentes e margem de remuneração da futura Contratada.

7.4 - A composição analítica do valor estimado preliminar será consolidada nas planilhas de custos e formação de preços da contratação, em conformidade com a modelagem adotada para o objeto e com a futura instrução da pesquisa de preços e da justificativa de preços pela Área de Apoio às Contratações.

7.5 - A validação da estimativa de valor será complementada pela pesquisa de preços e pela justificativa de preços a serem formalizadas, em etapa própria da instrução processual, pela Área de Apoio às Contratações, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável, cujos resultados servirão de fundamento para a consolidação do valor de referência da contratação.

8 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 - A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra, compreendendo o fornecimento integral de materiais, insumos, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e equipamentos, destinados ao atendimento das dependências internas e externas das 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais do Crea-GO, localizadas no Estado de Goiás, conforme as especificações técnicas, quantitativos, rotinas operacionais, periodicidades e exigências definidas neste Estudo Técnico Preliminar e a serem detalhadas no futuro Termo de Referência.

8.2 - A solução será contratada mediante procedimento licitatório, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS CREA-GO

com critério de julgamento pelo menor preço global do **Grupo único**, nos termos dos arts. 6º, inciso XLI, 28, inciso I, 29, 32, inciso I, e 34 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum, de natureza continuada, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio das especificações usuais de mercado e dos parâmetros técnicos estabelecidos para a contratação.

8.3 - A adoção do pregão eletrônico mostra-se juridicamente cabível e tecnicamente adequada, uma vez que o objeto pretendido possui descrição objetiva, padronização executiva, especificações mensuráveis, condições usuais de mercado e ampla oferta por empresas especializadas, circunstâncias que viabilizam a competição isonômica entre licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, com observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e julgamento objetivo.

8.4 - A execução será indireta, mediante contratação de empresa especializada, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 9.507/2018, não se enquadrando o objeto em nenhuma das hipóteses de vedação previstas no art. 3º do Decreto. A opção pela execução indireta fundamenta-se na natureza material, acessória, instrumental e complementar dos serviços de limpeza e conservação, os quais não envolvem atribuições decisórias, regulatórias, fiscalizatórias típicas de Estado ou qualquer atividade inerente às competências exclusivas dos agentes públicos do Crea-GO.

8.5 - A solução adotada compreende a disponibilização de 28 (vinte e oito) postos de Auxiliar de Limpeza, com jornada de **20 (vinte) horas** semanais, sendo 1 (um) posto para cada Inspeção Regional, com execução mínima de **3 (três) dias** por semana, preferencialmente às segundas, quartas e sextas-feiras, além do fornecimento integral e contínuo de todos os materiais, utensílios, equipamentos, uniformes e EPIs necessários à adequada execução dos serviços.

8.6 - Os serviços serão prestados em todas as unidades físicas abrangidas por esta contratação, correspondentes às 28 (vinte e oito) Inspeções Regionais do Crea-GO, devendo a execução observar características físicas, rotinas administrativas, necessidades operacionais, áreas internas e externas, periodicidades de limpeza e particularidades de cada localidade, conforme o dimensionamento técnico constante deste Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, de forma a assegurar uniformidade, continuidade, padronização e adequado desempenho técnico-operacional.

8.7 - A solução contratada deverá assegurar, de forma contínua e satisfatória, a limpeza, higienização, conservação e manutenção das condições de asseio das unidades atendidas, com reposição regular de insumos e utilização de materiais e equipamentos compatíveis com a natureza dos serviços, cabendo à futura Contratada a integral responsabilidade pela organização operacional, mobilização de recursos, supervisão da execução, substituição de empregados ausentes e pleno atendimento de todas as exigências técnicas e administrativas da contratação.

8.8 - A modelagem adotada foi definida de modo a compatibilizar a necessidade administrativa identificada com a solução operacional mais adequada à realidade institucional do Crea-GO, considerando a dispersão geográfica das unidades atendidas, a necessidade de padronização dos serviços, a exigência de fornecimento centralizado de insumos e materiais, a continuidade da execução, a racionalização da gestão contratual e a obtenção de maior eficiência administrativa na fiscalização e no acompanhamento do objeto.

9 - DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

9.1 - A contratação foi estruturada em um **Grupo único** de serviços, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observados os princípios da economicidade, eficiência, isonomia, planejamento, competitividade e gestão contratual racional. A opção por concentrar todo o objeto em **Grupo único** justifica-se pela necessidade de garantir a integração plena das atividades, evitando a fragmentação da execução contratual, a qual poderia comprometer a padronização dos serviços, a uniformidade dos resultados, a logística de fornecimento de materiais e insumos, a reposição de uniformes e EPIs, a coordenação operacional e a responsabilização pela execução global do objeto.

9.2 - A adoção de **Grupo único** mostra-se tecnicamente adequada e juridicamente viável, pois: (i) garante maior



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS CREA-GO

eficiência na execução, com gestão integrada e redução de riscos operacionais; (ii) favorece a economicidade, em razão do ganho de escala e da redução de custos indiretos; (iii) simplifica a fiscalização e a gestão contratual, evitando a necessidade de acompanhamento simultâneo de múltiplos Contratos; (iv) reduz o risco de descontinuidade na prestação dos serviços, especialmente em razão da interdependência entre a alocação de mão de obra, o fornecimento de insumos e a supervisão operacional; e (v) mantém a competitividade do certame, considerando que o objeto apresenta natureza integrada e é usualmente ofertado no mercado por empresas com capacidade de execução global.

9.3 - A estruturação em **Grupo único** também proporciona economia de escala, maior previsibilidade na execução, uniformidade de procedimentos, padronização dos insumos e melhores condições comerciais para a Administração, além de permitir respostas mais ágeis às demandas operacionais das Inspetorias Regionais, sem prejuízo do controle, da qualidade e da continuidade dos serviços prestados.

9.4 - A divisão do objeto em múltiplos grupos ou lotes, embora teoricamente possível sob perspectiva meramente formal, não se revela a solução mais adequada ao interesse público no caso concreto, pois ampliaria a complexidade da gestão contratual, multiplicaria interfaces operacionais, aumentaria o risco de falhas de cobertura, dificultaria a uniformização dos padrões de execução e poderia comprometer a coerência do fornecimento de materiais, insumos, uniformes, EPIs e equipamentos entre as unidades atendidas.

9.5 - Dessa forma, a não divisão do objeto em múltiplos grupos mostra-se a alternativa mais adequada, por assegurar maior eficiência administrativa, racionalidade na gestão contratual e obtenção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à eficiência, economicidade, isonomia, planejamento e continuidade da contratação.

10 - DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - A presente contratação visa atender, de forma contínua, padronizada e eficiente, às necessidades operacionais do Crea-GO quanto à execução dos serviços de limpeza e conservação, abrangendo as 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais distribuídas no interior do Estado de Goiás.

10.2 - A contratação tem por objetivo alcançar resultados institucionais, operacionais, econômicos, gerenciais e socioambientais considerados essenciais à concretização do interesse público e à adequada manutenção do funcionamento das unidades atendidas, notadamente:

10.2.1 - Assegurar a prestação contínua e regular dos serviços de limpeza e conservação necessários à manutenção do funcionamento das Inspetorias Regionais, com redução do risco de paralisação decorrente de falhas de execução, descontinuidade contratual ou insuficiência de cobertura operacional;

10.2.2 - Manter os ambientes físicos internos e externos das unidades do Crea-GO em condições permanentes de limpeza, higiene, conservação, funcionalidade e salubridade, contribuindo para a saúde ocupacional dos trabalhadores, para o bem-estar dos usuários e para a adequada utilização dos espaços institucionais;

10.2.3 - Promover condições adequadas de acolhimento, organização, conforto e asseio aos profissionais, conselheiros, empregados, colaboradores e cidadãos atendidos pela Autarquia, reforçando a imagem institucional do Crea-GO e a qualidade do atendimento prestado nas unidades descentralizadas;

10.2.4 - Aumentar a eficiência administrativa por meio da adoção de solução centralizada e padronizada, com fornecimento integral de mão de obra, materiais, insumos, uniformes, EPIs e equipamentos pela futura Contratada, evitando a dispersão de esforços administrativos internos em atividades meramente acessórias e instrumentais;

10.2.5 - Fortalecer a gestão contratual mediante definição clara dos postos de trabalho, das rotinas de execução, das periodicidades dos serviços, dos materiais e equipamentos necessários, bem como dos critérios objetivos de medição,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS CREA-GO

fiscalização e avaliação de desempenho, ampliando a capacidade de monitoramento da execução e de controle dos resultados contratados;

10.2.6 - Reduzir riscos operacionais, trabalhistas, ambientais e de descontinuidade por meio da exigência de garantia de execução, fornecimento adequado de uniformes e EPIs, substituição tempestiva de empregados ausentes, supervisão operacional, padronização dos insumos utilizados e observância das exigências legais e contratuais aplicáveis à execução do objeto;

10.2.7 - Apoiar a adoção de práticas de sustentabilidade socioambiental compatíveis com o objeto, mediante uso racional de água e energia, utilização de produtos de menor impacto ambiental, segregação e destinação adequada de resíduos, logística reversa quando cabível, controle de ruídos e prevenção de acidentes ambientais;

10.2.8 - Contribuir para a preservação das instalações físicas, bens móveis e áreas de uso comum das unidades atendidas, reduzindo desgaste prematuro, necessidade de manutenções corretivas e custos decorrentes da deterioração dos ambientes institucionais;

10.2.9 - Assegurar maior previsibilidade, uniformidade e racionalidade na prestação dos serviços em todas as Inspetorias Regionais, compatibilizando a solução contratada com a dispersão geográfica das unidades, a necessidade de padronização operacional e a adequada fiscalização do objeto.

11 - DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - Para a adequada celebração do contrato e em observância ao disposto nos arts. 11, 18, 19, 20, 26, 61, 62 e 74 da Lei nº 14.133/2021, deverão ser adotadas, previamente à assinatura, as seguintes providências administrativas, jurídicas e operacionais:

11.2 - Verificação da existência de dotação orçamentária suficiente e adequada, com a devida indicação da fonte de recursos e observância ao princípio do planejamento orçamentário e financeiro da Administração, conforme previsto no art. 7º, §2º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF);

11.3 - Emissão de parecer jurídico prévio e conclusivo da Procuradoria Jurídica competente, abordando expressamente regularidade da instrução processual, conformidade com a legislação vigente, legalidade do modelo de contratação adotado, adequação do edital e seus anexos e compatibilidade da contratação com os princípios administrativos;

11.4 - Aprovação da minuta contratual pela autoridade competente, com verificação dos elementos essenciais do contrato, cláusulas obrigatórias, disposições relativas à garantia, penalidades, vigência, reajuste, rescisão, fiscalização, execução e pagamento, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

11.5 - Publicação do edital e seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos meios de divulgação previstos em regulamento, observando-se o prazo mínimo legal para apresentação de propostas, conforme o art. 54 da Lei nº 14.133/2021;

11.6 - Disponibilização da infraestrutura logística e meios técnicos necessários ao acompanhamento da execução contratual, incluindo a designação formal do agente público responsável pelo acompanhamento e a fiscalização do contrato, nos moldes do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com capacitação específica quando necessária;

11.7 - Definição clara das unidades responsáveis pela gestão do contrato e pelo recebimento do objeto, com previsão de indicadores de desempenho, rotinas de fiscalização, instrumentos de medição e critérios de avaliação de qualidade, em conformidade com o art. 147 da Lei nº 14.133/2021;

11.8 - Definição e implementação dos controles internos e externos aplicáveis, com estabelecimento de rotinas de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS CREA-GO

acompanhamento, registro de ocorrências, aplicação de penalidades e controle de custos, conforme os princípios da eficiência, transparência, integridade e accountability administrativa.

11.9 - Todas as providências deverão ser adotadas e formalmente comprovadas nos autos do processo administrativo de contratação, como condição de validade e eficácia da celebração contratual, sob pena de nulidade absoluta, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

12 - DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1 - A presente contratação não demanda, acarreta ou pressupõe contratações correlatas, subsidiárias ou interdependentes, nem depende da execução simultânea, prévia ou posterior de outro Contrato administrativo, público ou privado, para sua adequada implementação, eficácia e continuidade operacional.

12.2 - O objeto é autônomo, completo e tecnicamente suficiente em si mesmo, não estando vinculado a sistemas, plataformas, soluções integradas ou estruturas complementares que exijam a formalização de contratações paralelas para sua efetiva execução.

12.3 - Foi analisada, no âmbito do planejamento da contratação, a existência de eventuais contratações conexas, acessórias ou tecnicamente interligadas, tendo sido constatado que: (i) não há dependência técnica ou jurídica de outros Contratos administrativos que configure vínculo de interdependência ou risco de inexecução por ausência de solução complementar; (ii) a contratação é plenamente funcional de forma isolada, com previsão integral dos recursos humanos, materiais, operacionais e logísticos necessários ao seu adequado cumprimento; e (iii) a inexistência de contratações interdependentes foi considerada no dimensionamento dos postos, na estimativa de insumos, na definição das responsabilidades da futura Contratada e na modelagem da execução, assegurando autonomia à solução proposta.

12.4 - Eventuais relações indiretas com Contratos de manutenção predial, vigilância, segurança patrimonial, locação de imóveis, fornecimento de energia elétrica, água, telefonia, internet ou outros serviços de infraestrutura predial não configuram interdependência funcional ou jurídica, por se tratarem de ajustes autônomos, com objetos distintos, finalidades próprias e vigência independente, não constituindo condição para a execução do objeto deste ETP.

12.5 - A inexistência de contratações correlatas ou interdependentes não afasta a necessidade de integração operacional da futura Contratada com as rotinas institucionais da futura Contratante e com os demais prestadores de serviços eventualmente atuantes nas dependências do Crea-GO, devendo ser observados horários de funcionamento, protocolos de acesso, normas de segurança, fluxos internos de utilização dos ambientes e regras de convivência institucional aplicáveis à execução do objeto.

12.6 - A autonomia da contratação não impede que sua execução seja coordenada, sob o ponto de vista operacional, com outras atividades de apoio existentes nas unidades atendidas, desde que tal coordenação não implique dependência contratual, transferência indevida de responsabilidades ou alteração da natureza do objeto ora planejado.

13 - DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

13.1 - Esta contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental compatíveis com a natureza do objeto, adotando práticas operacionais voltadas à preservação do meio ambiente, à redução de impactos negativos e à racionalização no uso de recursos naturais, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2010 e as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

13.2 - A execução contratual deverá observar, no que for compatível com o objeto e com as condições de mercado,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

diretrizes de sustentabilidade voltadas à: (i) utilização de produtos biodegradáveis ou de menor impacto ambiental; (ii) redução do consumo de recursos naturais, como água e energia, por meio da adoção de práticas operacionais eficientes; (iii) geração mínima de resíduos, com segregação e destinação ambientalmente adequadas; (iv) vedação ao uso indevido de produtos perigosos, tóxicos ou agressivos à saúde humana e ao meio ambiente; e (v) capacitação da mão de obra quanto às rotinas sustentáveis de limpeza, conservação, manuseio de insumos e descarte de resíduos.

13.3 - São impactos ambientais potenciais desta contratação e suas respectivas medidas mitigadoras:

13.3.1 - Geração de resíduos sólidos comuns, recicláveis, orgânicos ou perigosos, inclusive embalagens de produtos de limpeza e outros materiais descartáveis: (i) adotar segregação adequada dos resíduos nas unidades atendidas, conforme a estrutura disponível e as rotinas locais; (ii) destinar resíduos perigosos por meio de fluxos ambientalmente adequados e, quando exigível, com apoio de empresas ou sistemas licenciados; e (iii) orientar e treinar os empregados da futura Contratada quanto à correta separação, acondicionamento e descarte dos resíduos gerados na execução.

13.3.2 - Uso excessivo de água nas rotinas de limpeza: (i) priorizar técnicas de limpeza úmida controlada, com uso de mops, panos e métodos de baixa dispersão de água, em substituição à lavagem direta sempre que tecnicamente possível; (ii) utilizar equipamentos com controle de vazão, quando aplicável; e (iii) adotar rotinas de uso racional da água, comunicando à futura Contratante eventuais situações de desperdício ou consumo anormal identificadas durante a execução.

13.3.3 - Consumo elevado de energia elétrica em razão do uso de equipamentos de limpeza: (i) utilizar equipamentos de menor consumo energético, quando disponíveis e compatíveis com o objeto; (ii) restringir seu funcionamento ao tempo necessário à execução das atividades; e (iii) manter os equipamentos em condições adequadas de uso, de modo a evitar desperdícios e perda de eficiência.

13.3.4 - Emissão de substâncias químicas no ambiente em decorrência do uso de detergentes, desinfetantes, inseticidas e produtos congêneres: (i) priorizar produtos biodegradáveis e regularizados perante os órgãos competentes, quando exigível; (ii) evitar uso excessivo de cloro, fosfatos, solventes ou substâncias de maior toxicidade; e (iii) controlar rigorosamente a dosagem e a forma de aplicação dos produtos, de modo a prevenir desperdício, contaminação ou danos às pessoas, superfícies e ambientes.

13.3.5 - Poluição do solo e da água por descarte inadequado de embalagens e resíduos de produtos utilizados na execução: (i) adotar rotinas de segregação e destinação adequada das embalagens utilizadas; (ii) priorizar, sempre que possível, embalagens recicláveis, reutilizáveis ou de menor impacto ambiental; e (iii) observar, quando cabível, mecanismos de logística reversa, nos termos da legislação aplicável.

13.3.6 - Emissão de ruídos por equipamentos de limpeza: (i) priorizar a utilização de equipamentos com menor nível de ruído, quando aplicável; (ii) restringir o uso desses equipamentos aos horários compatíveis com o funcionamento das unidades e com a rotina administrativa da futura Contratante; e (iii) fornecer e exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados aos trabalhadores que operarem tais equipamentos, sempre que isso for exigido pelas normas de saúde e segurança do trabalho.

13.3.7 - Risco de acidentes ambientais decorrentes de armazenamento ou manuseio incorreto de produtos químicos, vazamentos ou derramamentos: (i) armazenar os produtos de limpeza em local ventilado, sinalizado e separado de áreas de alimentação ou circulação inadequada; (ii) manter disponíveis, quando aplicáveis, as Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ ou documentos equivalentes; e (iii) capacitar os empregados da futura Contratada em procedimentos de manuseio, transporte, prevenção e resposta a ocorrências ambientais relacionadas aos insumos utilizados.

13.3.8 - Desperdício de papel e de outros insumos consumíveis: (i) utilizar, sempre que possível, papel produzido com fibras recicladas ou certificadas; (ii) adotar dispensadores e métodos de reposição que favoreçam o consumo racional;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS CREA-GO

e (iii) orientar os empregados da futura Contratada quanto ao uso eficiente dos materiais disponibilizados durante a execução dos serviços.

14 - DO POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1 - Diante da análise detalhada das necessidades institucionais, da inexistência de estrutura interna suficiente para a execução direta dos serviços, das exigências operacionais decorrentes do funcionamento das 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais do Crea-GO e da natureza contínua do objeto, conclui-se pela viabilidade técnica, jurídica, econômica e operacional da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento integral de materiais, insumos, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e equipamentos.

14.2 - A contratação encontra fundamento no interesse público, visa assegurar a regularidade das condições de limpeza, higiene, conservação, salubridade e funcionamento das unidades atendidas e mostra-se adequadamente dimensionada com base em critérios objetivos, dados históricos, peculiaridades físicas dos imóveis, rotinas operacionais das Inspetorias Regionais e experiência consolidada em contratações anteriores similares.

14.3 - A opção pela modelagem em **Grupo único** de contratação revelou-se a mais adequada, eficiente e vantajosa para o caso concreto, por permitir economia de escala, padronização dos serviços, uniformidade no fornecimento de insumos, simplificação administrativa, racionalização da fiscalização, mitigação de riscos operacionais e responsabilização integral de uma única futura Contratada pela execução do objeto.

14.4 - A escolha do pregão, em sua forma eletrônica, está tecnicamente justificada por se tratar de serviço comum, de natureza continuada, com ampla competitividade no mercado e com padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva por meio das especificações técnicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e a serem detalhadas no futuro Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.5 - Conclui-se que a contratação pretendida é viável, necessária, adequada e compatível com as necessidades institucionais do Crea-GO, recomendando-se o prosseguimento da instrução processual para a formalização da contratação, em conformidade com a solução, os requisitos e a modelagem definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Este Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela **Área de Apoio Administrativo às Inspetorias**, por intermédio da servidora **Sueli Guimarães Ataíde** a seguir identificada, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, e com a necessidade da Administração.

Goiânia, 7 de abril de 2026.

Sueli Guimarães Ataíde
Líder da Área de Apoio Administrativo às Inspetorias

